

O desenvolvimento histórico do Brasil na obra de Heinrich Gottfried Handelmann (1860)

Bárbara Pacheco de Almeida

Universidade de Brasília
Brasília - Distrito Federal - Brasil
barbarpalmeida@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa os aspectos gerais da interpretação do passado brasileiro desenvolvida pelo historiador alemão Heinrich Gottfried Handelmann (1827-1891), na sua obra *História do Brasil* (1860). Dividida em dois tomos, essa obra compreende uma interpretação do desenvolvimento histórico brasileiro, desde a colonização até meados do século XIX. O presente texto está dividido em quatro partes. Em primeiro lugar, apresentar-se-á uma breve biografia do autor, procurando relacionar sua trajetória acadêmica com o modo pelo qual este analisou a história do Brasil; em seguida, serão discutidos os interesses que levaram Handelmann a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto; além disso, analisar-se-ão os aspectos teleológicos da interpretação histórica de Handelmann e a influência sobre ela exercida pelo naturalista bávaro Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868).

Palavras-chave: Heinrich Gottfried Handelmann; historiografia alemã; brasilianistas.

Introdução

A história do Brasil há muito suscita o interesse de muitos autores alemães. Prova disso se encontra, por exemplo, na obra de Oscar Canstatt intitulada *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira* (1967), que compreende uma extensa bibliografia alemã-brasileira. Canstatt, bem como Nelson Werneck Sodré em sua obra *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1973), observou a relevância dos estudos produzidos em língua alemã para se compreender a história do Brasil. Em vista disso, diversos títulos importantes desse acervo são por Canstatt listados, tais como: *Duas viagens ao Brasil* (1557), de Hans Staden; *Descrição de viagens ao Brasil e às Índias Ocidentais* (1677), de autoria de Ambrosio Richshoffer; *O Brasil descrito, histórica, mercantil e politicamente como império independente* (1824), escrito por Georg Anton von Schäffer; *Que esperanças aguardam os alemães no Brasil* (1825), de J. J. Kühl; *Situação do Brasil* (1839), de F. Tietz;

O Amazonas e seus afluentes, escrito por Jäger (1839); *Viagem do Príncipe Adalberto da Prússia ao Brasil* (1842), de Hermann Kletke; *Traços característicos de uma emigração regulamentada dos alemães, com referência especial ao Sul do Brasil* (1842), de autoria de F. Schmidt; *A colônia alemã de Dona Francisca, na província de Santa Catarina, no Sul do Brasil* (1852) escrito por R. J. Miltenberg; *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844), escrito por Karl Friedrich Philipp von Martius; e *História do Brasil* (1860), de autoria de Heinrich Gottfried Handelmann.

No âmbito da história, competiu a este último a primazia de ter sido um dos primeiros a utilizar como referência para escrever sua obra sobre o Brasil os relatos dos naturalistas acerca das experiências que neste país obtiveram. Em vista disso, Handelmann ocupa, nas palavras de Canstatt (1967, p. 95), “um lugar de honra na literatura alemã-brasileira”.

A obra de Handelmann é vasta e divide-se em três eixos temáticos. Compreende estudos sobre a história das Américas, textos acerca da pré-história, arqueologia e folclore dos ducados de Schleswig e Holstein, além de textos escritos a propósito do conflito dano-prussiano em torno desses ducados. No que tange à primeira fase, em que se insere o objeto de que este artigo se ocupa, é importante assinalar que nos anos que se estenderam de 1856 a 1860, Handelmann desenvolveu estudos sobre assuntos americanos no âmbito de um grande projeto intitulado *História da Colonização e Independência da América*. Deste projeto surgiram três livros, que foram: *História dos Estados Unidos* (1856), *História do Haiti* (1860) e *História do Brasil* (1860) (EBERHARD, 2011, p. 82-84)¹.

Atendo-se, por ora, somente a esta última obra, é importante analisar o panorama historiográfico que Handelmann presenciou no século XIX na Alemanha. É a partir dessa observação que se torna possível identificar a influência que alguns dos mais importantes historiadores e geógrafos históricos da Alemanha oitocentista exerceram no modo como Handelmann escreveu e organizou a história da nação brasileira.

Handelmann nasceu em agosto de 1827, em Altona, norte da Alemanha, onde em 1841 iniciou seus estudos no colégio *Christianeum*. Estudou nas universidades de Heidelberg, Berlim, Göttingen e Kiel, tendo se doutorado nesta última, onde passaria a ministrar aulas de história contemporânea e colonial, e onde também assumiria, em

¹ Digno de nota é também o artigo de Handelmann intitulado “A Questão dos Negros e os mais recentes acontecimentos na América” (1861).

1866, a cadeira de professor permanente. Foi na universidade de Berlim que Handelsmann presenciou os primeiros seminários realizados por Leopold von Ranke, nos quais se familiarizou com a análise crítica de fontes (EBERHARD, 2011, p. 87). Esse método de trabalho proposto por Ranke não passou despercebido pelo autor de *História do Brasil*. Para constatar essa asserção, Renata Pistilli Eberhard (2011, p. 87) relata que

[...] basta olhar com atenção, por exemplo, para sua bibliografia, na qual fica claro o que significava o trabalho com o método de análise crítica das fontes. [...] Handelsmann não se restringe, ali, a citar as obras utilizadas em seu texto, mas vai além, fazendo, na verdade, uma classificação entre as mais antigas e as mais recentes, informando o leitor sobre o valor de cada uma como fonte fidedigna e ainda sobre eventuais plágios.

Foi ainda em Berlim que Handelsmann conheceu um dos principais geógrafos da época, Carl Ritter, cujos escritos relacionavam Geografia e História (EBERHARD, 2011, p. 93). Eis aqui outro ponto que parece ter repercutido no modo em que Handelsmann escreveu sua história do Brasil, sobretudo, na segunda seção intitulada *A colonização do Brasil*, em que optou pelas descrições histórico-geográficas ao narrar como a colonização brasileira se estendeu até meados do século XVI, e como esta se desenvolveria internamente. Embora a influência de Ritter seja visível na obra de Handelsmann, é válido chamar a atenção para o fato de não terem sido apenas os estudos produzidos por este geógrafo os responsáveis por levar o autor de *História do Brasil* a se aproximar do modelo interpretativo que relaciona a história à geografia.

Ao dar continuidade aos seus estudos acadêmicos, Handelsmann ingressa em 1851 na universidade de Göttingen, onde atuava um dos seguidores de Carl Ritter, Johann Eduard Wappäus. Este geógrafo e estatístico era um estudioso da geografia das Américas, que costumava enfatizar que o sul deste continente era possivelmente uma região favorável para a imigração alemã (EBERHARD, 2011, p. 93). Tal tema, posteriormente, seria recorrente na narrativa histórica de Handelsmann.

Para além da influência relativa à geografia, faz-se presente ainda na *História do Brasil* a influência exercida pelo historiador e político Georg Gottfried Gervinus. Remonta a este último a decisão de Handelsmann de apresentar como determinantes para a formação do Estado brasileiro a ação da monarquia, bem como a das províncias do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas Geras, com auxílio e, por vezes, sob a influência da opinião pública (EBERHARD, 2011, p. 98).

Além disso, o diálogo de Handelmann com Gervinus incide também sobre outro aspecto muito importante. Na sua *Introdução à história do século XIX* (1853), Gervinus caracterizara o período em que vivia como aquele no qual os acontecimentos eram impulsionados pelas massas. Seguindo essa linha interpretativa, Handelmann em seu ensaio sobre “O desenvolvimento histórico da Europa desde o Congresso de Viena” (1863), assinalou que a época oitocentista era marcada pela quase total inexistência de homens considerados importantes. Isso é explicado, por ele, tendo em vista que nos períodos nos quais todos poderiam se ocupar sobre certo ofício a ação dos grandes homens era irrealizável (EBERHARD, 2011, p. 98).

Embora Handelmann, na esteira de Gervinus, tenha considerado os acontecimentos do século XIX como resultantes das manifestações das massas, o processo histórico do Brasil oitocentista, no que tange essencialmente à formação do Estado, não é por ele determinado como fruto da ação do povo, como pode ser observado abaixo:

A participação do povo na vida do Estado só se podia manifestar de modo extraordinário, por meios fora da lei, rebelando-se contra qualquer medida do governo [...]. De fato, ainda existia um funcionário do povo, que dispunha de alguma influência, o denominado juiz ordinário, leigo, que, além de suas atribuições propriamente judiciais, presidia à câmara e executava as suas decisões; ele era, como o conselho municipal, nomeado por eleição indireta dos cidadãos, porém sob a influência preponderante do governo, e ele se sentia, assim, inteiramente como funcionário deste último; dependente humilde para com os de cima, era não raro tirano para com os de baixo [...]. Mesmo entre os capitães-gerais dignos de respeito, já se tornara pelo menos uma verdade, que, sem um certo despotismo esclarecido, sem o absoluto afastamento de toda influência popular, não se podia governar (HANDELMANN, 1982, p. 171-172; 175).

Compreendendo os fatos que se desdobraram no decorrer de 350 anos da história do Brasil e tendo como fontes tanto a literatura produzida por viajantes oitocentistas, quanto documentos políticos, a obra de Handelmann sobre a história brasileira remetia ao processo pelo qual a ciência histórica se desenvolveu na Alemanha entre o curso dos séculos XVIII e XIX. É observando, portanto, a formação acadêmica de Handelmann num passado mais distante em relação à primeira publicação de *História do Brasil* que se torna possível fazer uma correlação entre o momento pelo qual a historiografia passava no século XIX e sua influência na forma como optou por escrever sua narrativa histórica sobre o Brasil oitocentista – narrativa esta que é “uma

das primeiras, senão a primeira, escrita em moldes científicos considerados até hoje atuais” (EBERHARD, 2011, p. 81).

O livro *História do Brasil*, que em 2010 comemorou os 150 anos da sua primeira publicação, pela editora Springer, de Berlim expressa um motivo recorrente na historiografia sobre o Brasil século XIX, a saber, o de que era preciso estudar o Brasil como forma de torná-lo conhecido para dentro e para fora (GUIMARÃES, 2006, p. 71). Ainda assim, o livro de Handelmann não teve grande repercussão ao longo das primeiras décadas que se seguiram à sua publicação – o que obviamente se deve ao fato de a língua alemã ter sido, nessa época, pouco difundida no país (MATOS, 1982, p. 11).

A versão em língua portuguesa do texto seria publicada apenas em 1931, como parte do tomo 108 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). Embora se tenha esperado muito por uma tradução completa, a *História do Brasil* de Handelmann foi, em 1967, descrita por Nelson Werneck Sodré (1967, p. 221) como uma obra inovadora, sobretudo em razão de relacionar as causas e efeitos dos fatos passados, além de abordar os aspectos sociais e apresentar uma análise dos fatos desenvolvidos no Brasil.

Os porquês da escolha de um país desconhecido

Ao contrário daqueles alemães que buscaram fazer a descrição das suas pesquisas realizadas no Brasil, tais como Johann Baptiste von Spix, Martius, Woldemar Schultz e Friedrich Gertacker, Handelmann escreveu algo em torno de mil páginas acerca da história de um país que nunca visitara. Tal fato nos conduz a questionar quais foram as principais razões que levaram esse historiador a pesquisar e escrever sobre um país do qual nunca teve conhecimento direto. Este será o assunto central sobre o qual esse tópico versará.

Cumprе salientar de antemão que, no século XIX a Alemanha exerceu um desempenho menos atuante em relação ao Brasil em comparação com outras nações. Ainda assim, é importante destacar dois dos principais motivos que suscitaram o interesse de muitos estudiosos alemães pela história da nação brasileira (LISBOA, 2011, p. 41), quais sejam: o casamento da arquiduquesa austríaca, Maria Leopoldina,

com Pedro I; e a expressiva quantidade de imigrantes alemães que se direcionaram ao sul e sudeste do país. Em vista desse último fato, torna-se possível destacar uma importante razão do interesse de Handelmann por temas brasileiros.

E, se acaso ainda acresce que, nessa história, representa importante papel muitos dentre os personagens eminentes da nossa nacionalidade e da nossa raça; e mais, quando esse país, oferecendo uma nova pátria aos nossos compatriotas levados a emigrar, se reveste para nós de imediato interesse atual e há anos vem sendo objeto de vivos debates nas letras [...] (HANDELMANN, 1978, p. 61).

Ciente de que o Brasil era o país ao qual se dirigia um número considerável de emigrantes que abandonavam os estados alemães, Handelmann busca explicar esse assunto não só nas considerações finais, intitulada “O Brasil e a imigração”, mas também ao longo do desenvolvimento de sua *História do Brasil*, sobretudo na segunda seção. E não o faz apenas de modo descritivo, abordando o número dos seus compatriotas e a regiões brasileiras aonde estes se dirigiam, mas também criticando a ineficiência das empresas colonizadoras, e buscando apresentar propostas e sugestões para melhorar as condições do processo de imigração.

Faz-se necessária, com isso, uma contextualização sobre o processo pelo qual se veio a presenciar no Brasil um expressivo fluxo de imigrantes alemães, sobretudo, no século XIX. Uma análise sintética acerca desse assunto possibilitará compreender não só a conjuntura da Alemanha em tal período, mas também a posição de Handelmann frente à condição que esses imigrantes presenciavam nas províncias brasileiras.

Em princípios do século XIX, fez-se sentir na Alemanha, em razão da revolução agrícola e demográfica, uma grande insatisfação por parte dos pequenos camponeses e artesãos, que, por vezes, abandonavam seu país de origem a procura de melhores condições de vida na América (LANDO, 1976, p. 13-15). Entre os países, aos quais se direcionavam estas correntes imigratórias no período oitocentista, estava o Brasil. Neste país a questão da imigração europeia relacionava-se intrinsecamente ao problema da escravidão, pois a manutenção do regime escravista tornava irrealizável o crescimento do curso imigratório (LANDO, 1976, p. 11). Seguindo essa mesma linha interpretativa, Handelmann não via êxito no trabalho livre quando desempenhado simultaneamente ao trabalho escravo. Para o autor da *História do Brasil*, nas palavras do historiador Odilon Nogueira Matos (1978, p. 17):

A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais.

Com o decréscimo da mão de obra escrava numa economia tipicamente agrário-exportadora, tal como é a do Brasil oitocentista, Handelsmann (1982, p. 357) enxergava na imigração alemã uma urgência.

O tempo urge; a imigração não é para o Brasil simples necessidade para o futuro, para maior desenvolvimento da colonização e civilização, mas também uma exigência presente, para a manutenção do estado atual econômico e político e do bem-estar nacional.

Considerava ser possível promover, com auxílio do governo, uma mudança econômica no Sul, ao fomentar no lugar das amplas fazendas agrícolas o estabelecimento da pequena lavoura livre, o que facultaria, segundo Handelsmann, a inserção da mão de obra escrava nas províncias caracterizadas pelo clima quente (HANDELMANN, 1978, p. 21).

É curioso notar que Caio Prado Júnior (2004, p. 189-190)², escrevendo oitenta e cinco anos após a primeira publicação da *História do Brasil*, compartilha de uma perspectiva próxima a de Handelsmann, no que tange ao assunto relatado acima.

Encontrará aí (no Extremo Sul do país) o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. Para o norte do Brasil a questão não se proporá: esta parte do país nunca receberá uma corrente apreciável de imigrantes europeus, apesar do interesse que muitas vezes se tomou lá pelo assunto. Havia aí o obstáculo do clima, menos atraente para as populações da Europa, bem como de uma situação econômica estacionária, se não decadente.

Ainda sobre esse contexto, cumpre ressaltar que Handelsmann atenta para o fato do Brasil não usufruir de meios pelos quais tornaria possível gerir uma imigração justa e eficaz, tal como observou Caio Prado Júnior (2004, p. 186), ao mencionar que:

² A primeira edição da obra de Caio Prado Júnior é de 1945. Para as citações deste artigo utilizamos uma edição de 2004.

[...] o problema da imigração européia para o Brasil oferecia grandes dificuldades. Contra ela atuavam vários fatores: o clima tropical desfavorável a colonos europeus (considerado como tal, pelo menos); a organização social e econômica pouco atraente que o país oferecia; o regime político vigente, em que, embora sob a capa de instituições parlamentares, a liberdade mesmo civil era inexistente para a massa da população, mesmo com exclusão dos escravos. Havia ainda as restrições de ordem religiosa que punham sério embaraço à imigração dos países protestantes da Europa, que eram justamente aqueles que forneciam então os maiores contingentes emigratórios. A Alemanha em particular.

Em consonância com o supracitado, Handelsmann (1982, p. 355), escrevendo antes de Caio Prado Júnior, observou que

um acolhimento mais franco da parte dos brasileiros, mais tolerância no sentido político, religioso e nacional, seria desejável e necessário; o que restaria ainda a desejar, no interesse da imigração, não é menos do interesse do próprio povo brasileiro.

Fora o fato de o Brasil ter sido o país ao qual se direcionou grande parte dos imigrantes alemães, Handelsmann (1978, p. 23), ao apresentar seu projeto intitulado *História da colonização e independência da América*, explicitou que a história do Brasil também lhe chamou a atenção em virtude da numerosa quantidade de escritos produzidos sobre este país.

Circunstâncias estranhas à minha vontade fizeram aparecer esta terceira parte, *História do Brasil*, sensivelmente destacada das duas primeiras histórias dos Estados americanos, de modo a assumir a feição de obra autônoma. Mas essa condição não é de todo destituída de justificação íntima: a superabundância das fontes da matéria histórica e o interesse por ela despertado fizeram que a história do Brasil se desenvolvesse fora da medida prevista, e tanto avultou, que lhe permitiu fazer jus à existência independente.

Cumpre notar, que mesmo não divulgando as bibliotecas às quais consultou repetidas vezes, excetuando a de Hamburgo, e tampouco revelando aqueles que lhe prestaram assistência, Handelsmann (1978, p. 24) não deixa de prestar a estes sua gratidão:

Resta-me ainda o dever de assegurar o mais cordial agradecimento às bibliotecas públicas, assim como aos inúmeros colaboradores e amigos, que sobremodo me auxiliaram na composição desta obra com seus subsídios literários, informações e bons conselhos.

Cabe mencionar que Dom Pedro II, ao ter conhecimento da temática proposta por Handelsmann sobre a obra que seria publicada em 1860, tornou acessível a este uma variedade de fontes indispensáveis para a produção da *História do Brasil* (MATOS, 1982, p. 19). Ademais, é relevante assinalar que a narrativa de Handelsmann se fundamenta em trabalhos de historiadores anteriores, dentre os quais se destacam a *História de Brasil* (1810-1819), de Robert Southey, e os estudos de Manoel Ayres de Cazal, Jean-Ferdinand Denis e Francisco Adolfo de Varnhagen.

Nesse contexto, convém ter em mente a contribuição dos naturalistas e viajantes oitocentistas para o despertar do interesse pela história do Brasil. Não é por acaso que Handelsmann lhes faz referências e confere-lhes apreço em sua bibliografia.

Handelsmann demonstra conhecer bem esses viajantes que escreveram sobre o país. [...] Ocupam lugar de destaque em sua bibliografia. Os que indica, para o século XIX, são, de fato, os mais significativos: Saint-Hilaire, Martius, Mawe, Gardner, Koster, Kidder, Wallace, entre tantos outros, todos eles autores que souberam “sentir” o Brasil e cujas obras constituem fontes preciosas para o conhecimento do país na época em que seus autores o visitaram. O reflexo de toda essa literatura de viajantes não poderia ser outro senão despertar em historiadores interesse pelo processo histórico de que resultara um país como o que vinha sendo descrito com tanto entusiasmo (MATOS, 1982, pp. 15-16).

Contudo, não são apenas as duas razões até aqui mencionadas que fizeram Handelsmann voltar sua atenção para história do Brasil. O principal motivo está no desenvolvimento político que inseriu no país uma monarquia federativa (EBERHARD, 2011, p. 90), forma de governo que, na concepção de Handelsmann (1978, p. 61), introduziu no Brasil “sua mais consentânea forma de Estado livre”.

Tal fato se evidencia de forma mais clara na última seção do livro, cujo propósito é mostrar principalmente a formação da constituição política do Brasil. Em vista disso, é relatado como esse país na condição de estado colonial se tornou um reino autônomo e, posteriormente, um império independente. Além disso, Handelsmann descreve como o território brasileiro passou de monarquia absoluta a constitucional, e por fim a monarquia federativa. Ainda no que tange ao processo histórico que levou o Brasil a se apresentar como uma monarquia federativa, Handelsmann observou que esse desenvolvimento aproximava o novo país do estado alemão. Os pontos de proximidade não são vistos por ele como relacionados apenas ao desenvolvimento e organização, mas antes em relação ao sentimento do povo quanto à unidade nacional e ao

particularismo provincial. Prova disso está na sua dedicatória direcionada ao Príncipe Adalberto da Prússia:

A história de um país que, em seu desenvolvimento e organização, muitas analogias oferece com a de nossa Pátria; de um povo em que, como nosso, se observava contraste entre o sentimento da unidade nacional e o particularismo de cada província, merecerá, ao menos, o interesse de todo patriota esclarecido e acostumado a pesquisar no passado a chave da compreensão do presente (HANDELMANN, 1978, p. 61).

Observa-se, portanto, que não é sem propósito o fato de Handelmann ter se dedicado a elaborar no decorrer dos anos de 1854 até 1859, a história de um país que funcionou ora como destino de muitos alemães; ora como objeto de numerosos escritos publicados; ora sendo o exemplo de um processo histórico, no qual se inseriu a monarquia federativa e que então percorria uma trajetória política algo similar à da Alemanha. A falta de conhecimento direto do Brasil não impossibilitou, destarte, que Handelmann produzisse uma exposição histórica que compreendesse aproximadamente 350 anos da história desse país.

As raízes coloniais e o futuro do Brasil

Handelmann não objetivou, a princípio, elaborar a história do Brasil como obra única. Seu propósito consistia, antes, em desenvolver uma exposição histórica sobre a colonização e independência dos países americanos, tendo em vista compreender o então estado atual do continente americano. Nesse sentido, Handelmann buscou analisar profundamente o curso do desenvolvimento histórico-político e social das sociedades americanas.

Observando o contexto da *História do Brasil*, infere-se que Handelmann supunha estarem no passado os elementos determinantes para se compreender o presente daquele país. É, portanto, nas origens mais longínquas, as quais indicam as primeiras manifestações da colonização portuguesa, que Handelmann encontra os aspectos condicionantes do desenvolvimento futuro do Brasil. Tal é uma abordagem que se pode chamar de teleológica. Evidencia-se, sobretudo, no momento em que é

descrita a introdução da primeira divisão de terras no Brasil, que ficou conhecida como “capitanias hereditárias”.

Esta primeira organização do Brasil mostra-nos imediatamente, como num espelho, os mais importantes traços característicos do seu futuro desenvolvimento, as suas vantagens, assim como os seus defeitos, tais quais em parte perduram até a atualidade (HANDELMANN, 1978, p. 99).

Isso posto, é importante mencionar como se estabeleciam os direitos políticos nas capitanias brasileiras. Essa breve contextualização possibilita analisar não só o fim pressuposto por Handelman para a história do Brasil, mas também as etapas apresentada por ele para esse processo histórico, bem como o curso dos acontecimentos que diferencia a trajetória dos fatos brasileiros e norte-americanos.

Nesse contexto, cumpre notar, em linhas gerais, que a concessão das capitanias hereditárias era caracterizada por uma série de restrições, que implicava questões religiosas e referentes à nacionalidade. Sobre a primeira, é válido destacar que só era reconhecido como colono, autorizado a adquirir sesmarias, aquele que fosse católico. Mesmo sendo aceita a emigração de católicos estrangeiros, estes só poderiam estabelecer relações comerciais se pagassem, como imposto de importação, dez por cento do valor de suas mercadorias. Além dessa obrigação, não era permitido ainda aos estrangeiros de modo algum comerciar com os indígenas. Sobre esse período é interessante acrescentar o que Handelman (1978, p. 99) tem a dizer com relação à situação desses imigrantes no Brasil:

Essa restrição, que colocava o comerciante estrangeiro em tão significativa desvantagem perante o nacional, devia em todos os pontos da costa sob o domínio português, atuar como verdadeira medida proibitiva, e efetivamente desde os fins do século XVI pouco a pouco passou a ser ponto de doutrina do governo lusitano a total exclusão de todos os estrangeiros.

É a partir do contexto descrito nos parágrafos acima que as características contemporâneas ao início da colonização são por Handelman identificadas em momentos posteriores. Entre tais características figuram: a intolerância religiosa; a ausência de liberdade para com os estrangeiros; o domínio de imensos latifúndios nas mãos de poucos; a impossibilidade de ação dos próprios municípios, em contraste aos exagerados poderes dos governadores; e, por fim, o inexpressivo poder central no ultramar, que conferiu a cada uma das províncias brasileiras significativa autonomia

para se desenvolver sobre a base geral das instituições portuguesas, gerando, desta forma, a formação de uma monarquia meramente federativa (HANDELMANN, 1978, p. 99-100).

Esses aspectos, que para Handelman ainda eram característicos do Brasil de meados do século XIX, são abordados ao longo da sua exposição histórica. Um exemplo interessante é a observação do autor de que a inserção das capitanias hereditárias, primeiro sistema político fixado em terras brasileiras, ter-se-ia refletido consideravelmente no desenvolvimento da monarquia federativa, haja vista a distância entre as capitanias hereditárias, bem como a administração particular de cada uma destas, impossibilitando a tentativa de uma centralização geral. É a partir desse desenvolvimento histórico, que, nas palavras de Handelman (1978, p. 99-100), o Brasil “embora com modificações importantes, conservou o mesmo rumo que havia tomado desde os princípios, a caminho da monarquia federativa”.

Esse fim pressuposto por Handelman acerca da história do Brasil é enfatizado mais uma vez no momento em que é descrito sobre o estabelecimento da organização constitucional. Segundo o autor da *História do Brasil*,

por força do sistema de colonização, pelo desenvolvimento histórico e, finalmente, pela legislação constitucional, tomou o Brasil o caráter de monarquia federativa, e a vida do Estado pulsa, portanto, em duplo círculo, no governo provincial e no império (HANDELMANN, 1982, p. 329).

Atendo-se, por ora, a uma análise comparativa entre a União Norte-Americana e o Brasil, Handelman destaca que, embora em ambos os casos as incumbências de cada um dos Estados e as da federação atuassem e se complementassem umas ao lado das outras, havia, entretanto, uma distinção quanto à trajetória histórica dos acontecimentos. Sobre esse aspecto, importa ressaltar que:

Na América do Norte, a plena soberania de cada um dos Estados foi a origem e somente pela renúncia, que fizeram de certos direitos, é que o Estado federativo foi dotado de poderes; no Brasil, ao contrário, o governo do império compreendia primitivamente tudo na sua exclusiva esfera (primeiro, o soberano absoluto, depois, desde a nova ordem constitucional, o mesmo com a cooperação da assembleia geral), somente mais tarde é que passaram especialmente às províncias certas competências para sua plena autonomia (HANDELMANN, 1982, p. 330).

O autor revela, destarte, que em razão do processo histórico, não foi possível às províncias brasileiras manter total independência de cada Estado, tal como ocorreu na América do Norte. No Brasil, complementa Handelman (1982, p. 330), “um tal propósito só poderia ser considerado, em face do direito público, como alta traição e rebeldia”.

Para além dessa questão acerca da formação do Brasil numa monarquia federativa e sua diferença com a trajetória norte-americana, verifica-se outro aspecto que remonta também às primeiras manifestações da colonização portuguesa, qual seja: o domínio de imensos latifúndios nas mãos de poucos, situação que se faz presente no Brasil oitocentista. Conforme Handelman (1978, p. 294), “os grandes possuidores de terras são em todo o desenvolvimento histórico do país o elemento dominante, propriamente impulsionador”. Para ratificar tal asserção basta citar, a título de ilustração, o caso do Rio de Janeiro. Narrando a formação social dessa província, não passa despercebido aos olhos de Handelman o fato da diminuta aristocracia de fazendeiros se apropriar de uma extensa quantidade de terras. Tal posicionamento é considerado por Handelman (1982, p. 16) como um “cioso capricho de soberania”, haja vista não ser do agrado desses proprietários a renúncia da posse sobre essas terras, mesmo quando incapazes de sozinhos obterem a utilidade delas.

Essa perspectiva de Handelman é compartilhada por Odilon Nogueira de Matos (1982, p. 18) na introdução feita a *História do Brasil*. Nas palavras desse historiador brasileiro, “esse binômio – pequena aristocracia de proprietários e uma grande massa de povo sem propriedades – constitui, por assim dizer, a dominante de nossa história social”. É voltando, destarte, seu olhar para a América Portuguesa, mais especificamente, para o primeiro sistema administrativo inserido por Portugal em terras brasileiras, que Handelman visa as principais características políticas, econômicas e sociais do Brasil oitocentista.

Singularidades provinciais

Handelman reconhece a diversidade da formação histórica e do desenvolvimento das inúmeras províncias brasileiras. Em vista disso, esse historiador, fazendo uso de descrições histórico-geográficas, opta por relatar a colonização dos

variados grupos de Estados e de cada um destes individualmente, de modo a abordar na segunda seção de seu livro, “A colonização do Brasil”, em capítulos diferentes, a história do estado do Maranhão, da capitania geral de Pernambuco, do governo geral da Bahia, da capitania geral do Rio de Janeiro, da capitania de São Paulo, por exemplo (HANDELMANN, 1978, p. 229; 239).

É visando às particularidades das diversas províncias que Handelmann parece seguir uma das “idéias gerais” propostas por Karl Friedrich Philipp von Martius na sua dissertação intitulada *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845). Cumpre ressaltar de antemão a biografia de Martius, sem a qual não se torna possível compreender o contexto de sua obra e, tampouco associá-la à narrativa histórica de Handelmann.

Martius nasceu em 1794 na cidade de Erlangen, situada na região da Baviera. Em 1810, ingressou na Universidade de Erlangen como estudante de medicina. Sua carreira acadêmica não se restringiu, contudo, apenas a esse âmbito. Aproximando-se do botânico Johann Christian Daniel von Schreber, Martius entrou em contato também com as ciências naturais, sobretudo, com as disciplinas da área botânica (KALTNER, 2012). Em 1814, no mesmo ano que concluiu seu doutorado em medicina, Martius, sob a orientação de Franz Paula von Schrank iniciou sua atividade como pesquisador assistente na Academia Real de Ciências de Munique. Dois anos depois, ao ser nomeado pesquisador adjunto da Academia, Martius, além de responsabilizar-se pelas plantas do Jardim Botânico de Munique, passou também a descrevê-las (KALTNER, 2012).

Tal atividade, todavia, foi interrompida em razão da expedição financiada pelo rei da Baviera, Maximiliano I. Com isso, Martius, acompanhado pelo zoólogo Johann Baptiste von Spix, deixou Munique no ano de 1817, em direção ao Brasil com o objetivo de descrever a fauna e flora brasileira. Esse empreendimento científico, no qual Martius analisou também, durante três anos, o valor medicinal das plantas, bem como os costumes e as línguas indígenas, ficou conhecido mais tarde como “missão científica austro-alemã”, cuja principal finalidade consistia em acompanhar a arquiduquesa austríaca, D^a. Leopoldina, que se casaria com D. Pedro I em 1818 (KALTNER, 2012).

A atuação de Martius nessa expedição pode ser resumida pelas palavras de José Honório Rodrigues (1956, p. 435-436), segundo quem “a expedição austríaca e bávara de 1817 foi a mais frutífera de todas as expedições científicas do século XIX, e Martius nela figurou como a estrela mais evidente e mais iluminadora”. Foi com base nas

observações feitas ao percorrer o centro, o leste, o nordeste, a Amazônia, chegando até a fronteira do Peru, durante 1817 a 1820, que Martius teve seu tratado historiográfico intitulado *Como se deve escrever a história do Brasil* publicado em 1845 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1847, este texto foi premiado no concurso internacional lançado no começo da década pelo IHGB com o objetivo de estimular a elaboração de planos para se escrever a história do Brasil (RODRIGUES, 1956, p. 38).

Acerca do projeto escrito por Martius, Manoel Salgado Guimarães (2000, s/p.) menciona que:

[...] é para o texto premiado pelo IHGB que devemos voltar nossas atenções quando quisermos compreender o significado intelectual de von Martius (1845) para se pensar as linhas de uma história do Brasil que almejasse, para além de uma crônica dos fatos desta história, indicar um sentido a organizar esta sucessão de eventos. Em outras palavras, seu texto parece fornecer as pistas que permitirão a elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, delineando com isso uma fisionomia própria para a nação em processo de construção e inaugurando assim um olhar distinto sobre as realizações do passado.

É fato que as propostas sugeridas por Martius formam, destarte, “um conjunto de princípios e diretrizes norteadores de como se pensar uma história nacional no Brasil” (GUIMARÃES, 2000). Nesse contexto, cabe ressaltar que uma das propostas sugeridas por Martius não passa despercebida aos olhos de Handelmann. O autor de *Como se deve escrever a história do Brasil* recomenda que seria necessário “tratar conjuntamente daquelas porções do país que, por analogia de sua natureza física, pertencessem umas às outras, ou seja, que se fizessem histórias dos grandes grupos regionais” (RODRIGUES, 1956, p. 439). Handelmann (1978, p. 230) partilhando dessa mesma asserção relata que:

[...] é impossível apresentar, numa narração histórica sem descontinuidade, esta diversidade de formação histórica, o desenvolvimento das várias províncias [...] vamos numa série de capítulos monográficos, paralelos, tratar da história individual das diferentes partes do Brasil, cada uma de per si. Assim possamos tornar inteligível como no curso de 200 anos se constituíram das 15 velhas capitanias de então as 20 províncias atuais do Império Brasileiro.

Além da ênfase dada à história regional, é possível encontrar outro elemento que aproxima esses dois autores. A ideia de Martius, segundo a qual a história deveria

tratar o Brasil como uma federação de províncias, é empregada utilmente na exposição histórica de Handelmann. Voltando ao passado colonial, com o intuito de compreender o estado atual em que o Brasil se encontrava, o historiador alemão organiza sua obra com a finalidade de mostrar como se desenvolveu nesse país uma monarquia federativa.

Contudo, é importante ressaltar, nesse contexto, que sua narrativa não se resume tão somente à escrita de uma história meramente política. Segundo Eberhard (2011 p. 100),

Handelmann parecia querer mostrar através da história do Brasil, como se podia chegar ao regime político que, para ele, era consentâneo para os países onde o particularismo das províncias era marcante: a monarquia, constitucional, federativa.

Ao sintetizar, na primeira seção, os primeiros cem anos do processo histórico, Handelmann (1978, p. 165) relata que:

O império colonial brasileiro dividia-se não somente em dois grandes Estados, o Brasil propriamente dito, com doze capitanias, e o Maranhão, com três, cada um dos quais possuía um governo completamente distinto e era somente sujeito ao governo da mãe-pátria; mas também cada um das subdivisões, as capitanias feudais, como as reais, tinha uma administração sua, em quase todos os pontos autônoma. Por esse modo, o desenvolvimento histórico, embora com modificações importantes, conservou o mesmo rumo que havia tomado desde o princípio, a caminho da monarquia federativa.

Embora não seja possível afirmar que Handelmann tenha recapitulado totalmente as propostas apresentadas por Martius em *Como se deve escrever a história do Brasil*, é significativo assinalar que além de buscar ser “sério e imparcial”, o historiador alemão segue a sugestão de Martius quanto àquilo que deveria prevalecer na escrita de uma História do Brasil (MATOS, 1982, p. 19-20).

Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita, em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos o coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso, uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis, que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo tempo que desenvolva a aplicação e

profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil (MATOS, 1982, p. 457-458).

É perceptível, portanto, que embora Martius tenha sugerido algumas propostas de como se pensar uma história nacional, e Handelmann tenha produzido uma narrativa histórica, ao discorrerem sobre um mesmo objeto de estudo, tais autores ao dirigirem seu olhar ao Brasil, convergiram não só pelo fato deste último ter utilizado como fonte a obra de Martius para escrever sobre um país que não visitou, mas também por ambos enfatizarem a história regional e visarem o desfecho dessa nação inserida na história de uma federação de províncias.

Considerações finais

Este artigo propôs, como objetivo geral, analisar o modo pelo qual Handelmann interpretou a história do Brasil. Observou-se, em termos metodológicos, que esse historiador analisa a história da nação brasileira como um processo teleológico, no qual o curso da colonização determinou a conjuntura atual deste país. O sentido da *História do Brasil* desenvolvida por Handelmann repousa, portanto, em analisar primeiramente a época em que Portugal exercia domínio sobre o Brasil até chegar a meados do século XIX.

Conclui-se, destarte, que a obra de Handelmann ilustra a ideia de que se faz necessário recorrer ao passado para se compreender o presente. O sentido da colonização é, pois, o princípio para a interpretação desse historiador sobre a história do Brasil. Compreendendo aproximadamente 350 anos do processo histórico brasileiro, é a partir dessa exposição histórica – na qual não é realçada apenas a formação política desse país, mas também as particularidades do desenvolvimento das províncias, além da relação entre as atividades econômicas e a estrutura social, – que a obra de Handelmann contribui expressivamente para a historiografia que tem como objeto a análise da história do Brasil nos séculos que se estendem desde o início da colonização até meados do século XIX.

THE HISTORICAL DEVELOPMENT OF BRAZIL IN THE STUDIES OF HEINRICH GOTTFRIED HANDELMANN (1860)

Abstract: This article analyzes general aspects of the interpretation of Brazil's history as proposed by the German historian Heinrich Gottfried Handelmann (1827-1891), in his *History of Brazil* (1860) – a work ranging from the onset of the Portuguese colonization to the mid-nineteenth century. This text is divided into four parts. First, it will present a brief biography of the author, relating his academic career to the way in which he analyzed the history of Brazil. Then we will discuss the reasons that led Handelmann towards researching and writing about a country that he had never have direct knowledge of. In addition, we will analyze the teleological aspects embedded in Handelmann's interpretation, as well as the influence the Bavarian naturalist Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) exerted on it.

Key words: Heinrich Gottfried Handelmann; German Historiography; brasilianists

Referências

Fontes

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*, v. 1. Tradução brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; introdução e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio Magalhães. 2. Ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1978.

HANDELMANN, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*, v. 2. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer; revisão Bertoldo Klinger; anotada por Basílio Magalhães e Odilon Nogueira de Matos; introdução Odilon Nogueira de Matos. 4ª. Ed.,-Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil.. *Revista de Historia de América*, n. 42, 1956, p. 433-458.

Bibliográficas

CANSTATT, Oscar. *Repertório crítico da literatura teuto-brasileira*. Rio de. Janeiro: Editora Presença, 1967.

EBERHARD, Renata Pistilli. 150 anos da História do Brasil de Heinrich Gottfried Handelmann – algumas considerações sobre o autor e sua obra. *Martius-Staden-Jahrbuch*, Nr. 58, 2011, pp. 81-102.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 68-85.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, v. 7, n. 2, 2000.

KALTNER, Leonardo F. Anotações sobre a biografia do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius. *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 139/18, 2012.

LANDO, Aldair, Marli [et al.]. *RS: imigração & colonização*. Org. José H. Decanal e Sergius Gonzaga Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

LISBOA, Karen Macknow. *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec, 2011.

MATOS, Odilon Nogueira de. Introdução. In: Handelsmann, Gottfried Heinrich. *História do Brasil*. 4ª. Ed.,- Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982, p. 11-20.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RODRIGUES, José Honório. Introdução a Martius. In: Martius, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista de Historia de América*, n. 42, 1956, p. 433-441.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

SOBRE O AUTOR

Bárbara Pacheco de Almeida é graduanda em História pela Universidade de Brasília (UnB).

Enviado em 23/01/2014

Aceito em 12/05/2014